

VOZ DO EMPRESÁRIO

ACIS:

Mensagem de Solidariedade às Vítimas do Ciclone Kenneth



Foto Correio da Manhã

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços lamenta profundamente a tragédia que afectou centenas de pessoas na região norte do país, com maior incidência na província de Cabo Delgado, provocada pela passagem do ciclone Kenneth, seis semanas depois de o ciclone Idai ter deixado rastros de destruição na região centro.

Com profunda angústia, a ACIS manifesta solidariedade às mulheres, homens, crianças, adolescentes e jovens que sofreram as consequências da destruição e as perdas de seus entes queridos.

Com a mesma consternação, temos vindo a acompanhar, através dos diversos serviços noticiosos, o impacto da tragédia que já tirou a vida a pelo menos 38 pessoas, feriu e desalojou várias outras.

Fenómenos desta natureza, com repetições na mesma estação, exigem novas práticas na relação com o meio ambiente, visto que esta tragédia pode ser o resultado do modelo económico insustentável, baseado na exploração desenfreada dos recursos. Esta acção precisa ser repensada a partir de critérios éticos e de sustentabilidade.

Neste momento de pesar e desassossego, a ACIS manifesta as mais sentidas condolências às famílias enlutadas.

Fazemos votos que logo desapareçam os rastros de destruição, reportados em todo o mundo, e que, a mais breve, trecho seja restaurada a vida à normalidade.

O Presidente da ACIS

Luís Magaço Jr.

Mulheres nos negócios:

«Patrícia Teles e o segredo de uma liderança de sucesso»

3

47 inspeções em dois meses

Taverna Doce contesta interferência das autoridades governamentais nos negócios da empresa.

5

Tânia Tomê:

«Posições de liderança exigem líderes efectivos»



7

Selagem de cervejas pode ter implicações negativas no mercado nacional

4





Igualdade e empoderamento. Porque não?

Uma vez mais, celebramos o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. Nesta data festiva, que também é de reflexão, reivindica-se toda a acção que concorra para a dignidade da massa laboral, desde melhores condições de trabalho, aumento de ordenados, tratamento humanizado, entre outros.

Se recuarmos um mês, ou dois, encontraremos o Dia da Mulher Moçambicana, ou o Dia Internacional da Mulher – mulheres essas que conquistaram o seu espaço, na celebração do 1.º de Maio e que travam uma luta ferrenha em prol da equidade do género.

A mulher, que outrora era vista pela sociedade como a pessoa que tem a função única e exclusiva, de cuidar do lar (da casa, filhos, marido – família), tem dado, diariamente, provas de que é capaz de muito mais.

Ela, a quem era incumbida toda a responsabilidade pelos afazeres domésticos e nada além disso – apesar de ser uma tarefa nobre, fez perceber, ao longo dos tempos, que afinal, pode ser tudo o que deseja e dar mais de si, em benefício de toda a sociedade.

Partindo dos pressupostos que duas cabeças pensam melhor e talvez mais rápido do que uma, e que a união faz a força, porquê não usar as ideias e a energia da mulher, que até tem experiência em economia doméstica, gestão de pessoas (ao cuidar de todos na casa, principalmente das crianças), gestão de stock (com a despensa), gestão de espaço, noções de electricidade, etc., para ajudar neste tão complexo processo de desenvolvimento sócio-económico?

O empoderamento é como a aquisição de uma emancipação individual, onde quem é empoderado, supera a dependência social e passa a ter o poder sobre si próprio.

Pela sua definição, este conceito tem gerado alguma polémica e dividido as opiniões, na esfera social. Alguns posicionam-se contra, alguns a favor, alguns não têm opinião, mas enfim, é disso que é feito o desenvolvimento.

Entretanto, promover a igualdade de género em todas as actividades sociais e económicas garante, de forma segura, a robustez de toda a economia e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida da sociedade em geral.

As mulheres vêm alcançando, nos últimos anos, várias conquistas e é isso que impulsiona esse movimento do empoderamento feminino. Infelizmente, esse movimento está muito longe de ser natural, pois se não for estimulado e incentivado, com muita força, por quem realmente tem interesse nele, ele simplesmente desanda.

Ora, se estamos todos em busca de um desenvolvimento que se quer sustentável, que mal há em permitir o maior número de pessoas a trabalhar para isso?

É exactamente no factor humano que a questão deve estar centrada. Nem homens, nem mulheres, mas pessoas!

Fernanda Fazenda
Directora Executiva

II CONFERÊNCIA ANUAL DA ACIS

“Checks & Balances: Prestação de Contas e Transparência”

Depois de abordar a Conduta Ética nas Empresas, a ACIS realiza este ano a sua II Conferência Anual, a ter lugar no dia 30 de Maio, no Radisson Blu Hotel, desta feita para falar da separação de poderes, acoplada no sistema de pesos e contrapesos, no que se refere à prestação de contas e transparência nas organizações.

O evento contará com a presença do Presidente do Conselho Constitucional, Dr. Hermenegildo Gamito, na qualidade de orador principal.

Com o objectivo principal de operacionalizar o sentido de boa governação, a conferência vai procurar delinear estratégias de combate à corrupção nos negócios, promover o princípio de

separação de poderes e estabelecer mecanismos de controlo recíprocos entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O conceito de separação de poderes sugere uma distribuição do poder estatal, mediante a necessidade de se evitar abusos por parte de quem detém o poder.

A ACIS entende que este princípio deva nortear o ambiente de negócios, sobretudo num cenário em que se pretenda erradicar a burocracia, tida como principal entrave para a atracção de investimentos.

Direccionada a uma ampla gama de profissionais ligados à Ética e Boa Governação, Directores de empresas, associações empresariais, conselhos de administração, juristas, contabilistas, sector público, estudantes e público em geral, a II Conferência Anual, com o lema “Checks & Balances: Prestação de Contas e Transparência”, terá sessões de apresentação de temas, debates e incluirá uma exposição de vários serviços no local.

Mulheres nos negócios:

Patrícia Teles e o segredo de uma liderança de sucesso

Força, perseverança, rigor e foco, são, para a empresária portuguesa, Patrícia Teles, as ferramentas necessárias para exercer uma liderança de excelência em qualquer parte do mundo.

A residir actualmente em Moçambique, a fundadora da Print4you considera que para liderar, é necessário compreender as forças e as fraquezas dos trabalhadores e oferecer-lhes as ferramentas necessárias, para que estejam constantemente motivados.

“Neste processo, a formação dos recursos humanos é imprescindível, para que os trabalhadores possam fazer sempre o melhor e com motivação”, explica.

A empresária afirma que o facto de ser mulher jamais constitui impedimento à concretização dos seus objectivos, pois estes dependem única exclusivamente da vontade de cada um e não do facto de ser homem ou mulher.

Patrícia Teles reconhece, no entanto, que em Moçambique, como em outras partes do mundo, a mulher tem menos poder nas zonas rurais, do que nas cidades.

“Este facto, em certa medida, representa uma circunstância que muito provavelmente poderá evoluir num futuro próximo. A educação e o acesso à informação que se tem verificado ao longo dos últimos anos tem demonstrado que iremos avançando para a igualdade de oportunidades tanto para o homem como para mulher. Penso que a chave para a mudança reside na sensibilização das populações das zonas rurais e a sociedade em geral. A liderança não se vê num homem ou numa mulher, mas sim no ser humano”, remata.

Fundada em 2005, a Print4You é hoje uma importante empresa, a nível nacional, na prestação de serviços de outsourcing de impressão e entrega, actualmente, 70 funcionários, todos moçambicanos.

A nossa fonte diz que é um desafio trabalhar com mão-de-obra exclusivamente moçambicana, mas, simultaneamente, sente-se privilegiada por poder descobrir novos talentos.

“Estou muito satisfeita, porque temos excelentes recursos na empresa e todos eles formados internamente. Todos os funcionários têm formação contínua na área correspondente. É incrível viver toda esta diversidade. Ao longo destes anos, com esta experiência de vida empresarial e pessoal, tornei-me uma pessoa melhor e cresci bastante. Devo isso às pessoas, ao acolhimento, e a tudo o que encontrei em Moçambique”, regozija-se.

Segundo a dirigente, o empreendimento é, igualmente, um exímio exemplo da promoção da igualdade de género, sendo que 50% dos colaboradores são mulheres.

“Eu contrato os melhores para os cargos, independentemente do género ou até mesmo faixa etária. A selecção e recrutamento dos candidatos é baseada na sua capacidade de trabalho e perfil para um determinado cargo”, afiança.

Patrícia Teles destaca que, desde a sua fundação até aos dias actuais, a Print4You regista um franco crescimento, mas nem sempre a caminhada foi reluzente. Se por um lado a empresa é um caso de sucesso, por outro lado é um exemplo de resiliência, e tem resistido às crises que o país atravessa, desde o ano 2016. Patrícia acredita que é possível encontrar, na crise, um trampolim para o desenvolvimento e rejeita, por isso, a autovitimização como uma saída.

“Eu vejo sempre uma crise como uma oportunidade para analisar



Patrícia Teles: força, perseverança, rigor e foco

qual a melhor forma de utilizar a nossa imaginação para ultrapassar os momentos menos positivos. Esses momentos cíclicos devem ser aproveitados para desenvolver os recursos existentes. Tanto na vida, como nos negócios, existem fases positivas e menos positivas. Se fixarmos um olhar negativo sobre as coisas, jamais veremos a bonança”, assevera.

No meio de tantos segredos para o êxito, um, em particular, tem feito da Print4You uma empresa distinta – o sentido de família.

“Nas instalações da família Print4You, os dias de trabalho são distribuídos entre a oficina de manutenção das máquinas e equipamentos, armazém, escritórios e *helpdesk*. A sala de formação é frequentemente utilizada pelas acções de formação contínua. Para o período de descanso dos trabalhadores, foram criados importantes espaços para todos almoçarem e conviverem tranquilamente. Por fim, e porque numa casa as famílias têm expostas as suas fotografias, aqui também temos fotografias de todos os funcionários espalhadas por toda a parte, tudo isto para fazer com que os eles se sintam acarinhados e valorizados. Tenho a certeza que todos eles vestem e amam a camisola Print4You”, sentença.



A equipa da Print4you

Selagem de cervejas pode ter implicações negativas no mercado nacional

A Cervejas de Moçambique, CDM, maior cervejeira nacional, também um dos maiores contribuintes do sector de bebidas, no país, olha para a pretensão governamental de introduzir selos nas garrafas de cerveja como numa medida inviável e com implicações directas no rendimento das empresas produtoras de cerveja, em Moçambique.

Tendo em conta que, pelo menos em Moçambique, o processo de selagem de bebidas alcoólicas é feito de forma manual, os níveis de velocidade de enchimento de garrafas, actualmente situados entre 40.000 e 60.000 unidades por hora a medida implicaria, imediatamente à sua introdução, reduzir de 20 a 40 % a velocidade de enchimento, permitindo que, de forma manual as garrafas fossem seladas, unidade por unidade, o que pode ter consequências negativas sobre os seus níveis de contribuição fiscal.

A empresa secunda que a medida pode propiciar a redução da disponibilidade de cerveja no mercado, contrariando as políticas de desenvolvimento do governo.

A introdução de selos nas cervejas também pode reflectir-se no custo da cerveja que, passará a ser mais elevado, tendo em conta os processos anteriores até as mãos do consumidor final. Aliás, prevê-se, igualmente, a redução do volume de vendas, e consequentemente, uma baixa em toda a cadeia de valor, forçando, assim, a necessidade de redução da mão-de-obra das empresas, para desgosto de alguns funcionários que podem incrementar os níveis de desemprego no país.

Uma das principais pretensões do governo é fomentar a agricultura, e as empresas cervejeiras são, actualmente, grandes vectores deste sector, uma vez que adquirem consideráveis quantidades de milho e mandioca, garantindo a melhoria dos rendimentos de inúmeras famílias que vêm na produção destas culturas um campo de prosperidade. Entretanto, a redução dos níveis de produção implicaria a redução dos níveis de demanda da matéria-prima, o que se traduz no empobrecimento dos principais fornecedores, que por seu turno empobrecem todos os agentes à sua volta. Um efeito em cadeia.

De acordo com um relatório citado pela CDM, produzido por uma entidade internacional independente, denominada Euromonitor International, os índices de evasão fiscal no sector cervejeiro são consideravelmente baixos, rondando valores não superiores a 1 por cento do volume total do mercado de cervejas, contrariamente ao sector de bebidas espirituosas e vinhos cuja cifra atinge os 60 por cento, o que imediatamente justifica a aplicação de selos a este segmento de bebidas.

No caso de Moçambique, os gráficos indicam, por exemplo, que em 2017 os níveis de ilicitudes no ramo cervejeiro não atingiram a fasquia de um por cento, enquanto no campo dos vinhos e bebidas espirituosas os números foram além de 80 por cento, o que claramente demonstra a pertinência da selagem deste segmento de bebidas, uma medida compreendida e apoiada não só pela CDM, mas também pela APIBA, que é a Associação de Produtores e Importadores de Bebidas Alcoólicas. Outra grande preocupação da CDM está relacionada com o valor da aquisição dos selos para as cervejas. Se por um lado os dados ilustram que o problema da ilicitude está nos vinhos e nas espirituosas, por outro, o custo que as empresas terão de pagar pela selagem, que é de cerca de 4 milhões de dólares, ultrapassa, em grande medida, a quantia de perdas fiscais causadas pela cerveja ilícita, que actualmente está situada em cerca de 700 mil dólares. Ora, será que o estado pretende perder 4 milhões de dólares, em divisas, para resolver um problema cujas cifras não excedem os 700 mil dólares? Questiona a Cervejas de Moçambique. A concluir, a nota da CDM refere que em todas as unidades de processamento de bebidas alcoólicas existe um controlo fiscal exercido pela Autoridade Tributária, AT, havendo uma presença permanente de fiscais das Alfândegas durante 24 horas por dia, 7 dias por semana. A equipa da AT inspeciona a produção e saída de mercadorias para o mercado a cada hora, pelo que a empresa não compreende a pertinência da introdução do selo como mecanismo de controlo de evasão fiscal.

Deste modo, a CDM, agora membro do grupo internacional AB InBev, convida ao governo e a todos intervenientes deste sector a reflectirem em volta das vantagens e desvantagens da introdução do selo nas cervejas, tendo em conta o posicionamento dos intervenientes do sector e, acima de tudo, o impacto sobre a economia nacional.

Ciclone Idai empurra crescimento económico de Moçambique para terreno negativo em 2019

Os estragos causados em Moçambique pela passagem do ciclone Idai deverão ter como resultado que a economia do país registe uma contracção de 2,0% este ano, segundo as mais recentes previsões da Economist Intelligence Unit (EIU).

Em 2020, a economia de Moçambique já estará a crescer, com uma previsão de 3,0%, antecipando a EIU uma taxa de crescimento média de 5,4% no período compreendido entre 2020 e 2022, com um máximo de 7,5% no último ano do intervalo analisado.

O documento agora divulgado volta a referir que a indústria do gás deverá vir a ser um dos grandes motores do desenvolvimento do país e recorda estarem previstas para este ano as decisões finais de investimentos dos projectos dos blocos Área 1 e Área 4, liderados pelos grupos Anadarko Petroleum e ExxonMobil/ENI.

Refere, no entanto, que atendendo ao facto de haver actualmente um excesso de oferta no mercado mundial do gás natural, não são de prever grandes investimentos nos projectos em terra este ano.

A taxa de crescimento económico prevista para 2023, de 7,5%, resulta precisamente do antecipado início esse ano da exploração dos depósitos de gás existentes no campo Coral Sul, no bloco Área 4. O ciclone Idai vai ter ainda como consequência o aumento dos preços, devido à destruição de explorações agrícolas, devendo a taxa de inflação aumentar para 8,1% este ano e para 8,4% em 2020, antes de cair para taxas entre 4,6% e 5,7% nos três últimos anos do intervalo em análise.

A formação bruta de capital fixo, ou investimento, crescerá este ano à taxa de 8,2%, depois de se ter contraído 12,5% em 2018, para a partir de 2020 começar a crescer a dois dígitos, com 55,0%, a que se seguirão taxas de 45%, 35% e 30% nos anos de 2021 a 2023, segundo as previsões da EIU.

A moeda moçambicana deverá continuar a depreciar-se em 2019, igualmente devido ao ciclone Idai, que agrava factores como sejam a inflação, abrandamento das exportações e um défice da balança de transacções correntes, com os analistas da EIU a anteciparem uma quebra nas exportações de 1,7% este ano e 1,2% em 2020 e um aumento das importações, com taxas de crescimento de 7,3% e 11,8% em 2019/2020.

Moçambique será a prazo um dos 10 maiores produtores mundiais de gás

Moçambique deverá vir a ser um dos 10 maiores produtores mundiais de gás natural liquefeito nos próximos anos, a par da Nigéria e da Argélia no continente africano, segundo uma nota de análise divulgada terça-feira pela empresa GlobalData.

“Dentro de alguns anos, cerca de 30 milhões de toneladas por ano estarão a ser extraídos, devido aos depósitos existentes na bacia do Rovuma, onde foram já descobertos 125 biliões de pés cúbicos de gás natural”, pode ler-se no documento.

A nota, que acaba por ser um apanhado do muito que tem sido escrito sobre o assunto, salienta que os intervenientes nos dois consórcios dos blocos Área 1 e Área 4 deverão dentro de pouco tempo anunciar as decisões finais de investimento, estando as despesas de capital estimadas em 40 mil milhões de dólares.

Os depósitos de gás natural já descobertos naquela baía consistem em 75 biliões de pés cúbicos no bloco Área 1, liderado pelo grupo americano Anadarko Petroleum, recentemente comprado pelo grupo também americano Chevron, e 50 biliões de pés cúbicos no bloco Área 4, operado pelos grupos ExxonMobil e italiano ENI.

Cao Chai, analista de petróleo e gás, afirma no documento que o preço de equilíbrio dos projectos em Moçambique, estimado em quatro a cinco dólares por cada mil pés cúbicos, é muito competitivo quando se compara com os preços no mercado à vista do Japão de 9,24 dólares por cada mil pés cúbicos, o que deriva de um custo de capital bem menor do que o de projectos semelhantes em outras partes do mundo.

47 inspecções em dois meses

Taverna Doce contesta interferência das autoridades governamentais nos negócios da empresa

O fundador do grupo Taverna Doce, Nuno Pestana, defende a criação de um organismo público ou privado, que se dedique ao aconselhamento do empresariado, em normas de procedimento e boas práticas, para evitar o encerramento de empresas, após serem submetidas à inspecção.

Nuno Pestana, que recorreu à Voz do Empresário para protestar contra o número elevado de inspecções a que o Taverna Doce é submetido, entende que é mais viável ao desenvolvimento uma instituição que privilegia a orientação, em detrimento da punição. “Nós, entre Março e Abril do ano passado, tivemos 47 inspecções. Ou seja, em dois meses, tirando os sábados e os domingos, houve dias em que tivemos duas inspecções”, contestou considerando, no entanto, que “quando programadas e com razão de ser, as inspecções são sempre bem-vindas”.

Autoridade Tributária, Direcção das Finanças, Inspecção Nacional das Actividades Económicas, Município de Maputo, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, são os actores do trabalho inspeccionativo que, segundo Pestana, causa enormes dificuldades na gestão do seu negócio.

“Tem sido muito complicado trabalhar assim. Facilitava se houvesse um organismo sustentado por quotizações, que programasse inspecções periódicas e amigáveis, onde se realizassem aconselhamentos sobre como os negócios devem ser feitos”, sugeriu.

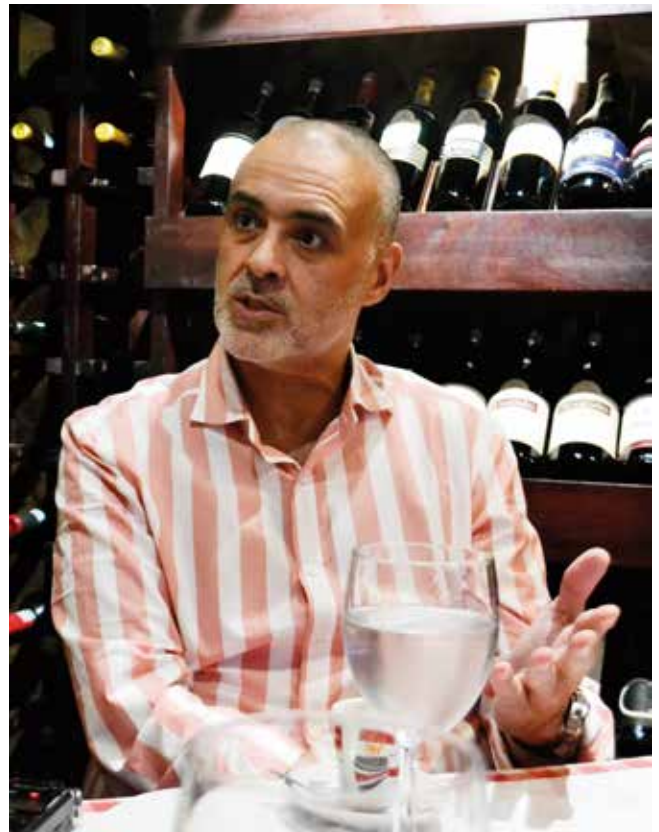
Segundo o empresário, além dos problemas com a inspecção, o Taverna Doce tem-se deparado com várias outras acções das autoridades governamentais, que interferem negativamente no progresso do grupo.

“Recentemente, quase tivemos uma obra embargada, alegadamente porque pretendíamos montar umas escadas que não constavam do projecto”, lamentou, acrescentando que, acrescido às tentativas de embargo, enfrenta dificuldades na obtenção de licenças para expandir a actividade.

“Fomos agora obrigados a fechar um balcão no centro da cidade, porque nos chumbaram o alvará, considerando que o espaço não reúne condições para ser um quiosque de venda de café. Estamos a falar de um quiosque com 13 metros quadrados, como há em qualquer país do mundo, no meio de um centro comercial, funcional 7 dias por semana e 12 horas por dia, que empregava 5 trabalhadores. Portanto, são postos de trabalho que estão em causa”, lamentou.

Acrescido aos problemas arrolados, Nuno Pestana reclama da falha na comunicação entre a polícia de trânsito e as autoridades municipais, que não poucas vezes tem resultado em multas aos seus funcionários, assim como à empresa.

“Solicitamos licenças para carrinhas de entrega, com publicidade e o município disponibiliza uma única licença para 15 veículos recusando-se a dar uma licença por cada. Entretanto, se tiramos cópias, a polícia penaliza-nos constantemente, alegando que as carrinhas devem circular acompanhadas de licenças originais”, contou.



Nuno Pestana indignado com tantas inspecções

No meio de tantas dificuldades, Pestana jamais pensou em desistir. Aliás, o empresário fez lembrar que o projecto de expansão do grupo Taverna Doce iniciou bem no início da crise económica que assola o país, desde 2016.

Neste momento, tem abertas nove pastelarias e dois restaurantes e emprega 600 trabalhadores. O grupo tem em carteira 4 projectos, sendo que dois estão em construção e dois ainda por iniciar. A fonte contou, ainda, à Voz do Empresário que, no âmbito da expansão, o grupo vai abrir instalações na Matola e espera, num futuro próximo, internacionalizar a marca, na vizinha África do Sul.

“Estamos em negociações avançadas com um grupo de 5 pastelarias na África do Sul, mas primeiro temos de solidificar muito bem a gestão interna, dados os problemas que estamos a atravessar, para conseguir depois ausentar-me e gerir também o negócio além-fronteiras. Enquanto não conseguir a gestão a 100%, é complicado, porque o nosso mercado está muito instável”, explicou, acrescentando que está igualmente prevista para breve a expansão do Taverna Doce para os bairros periféricos da cidade de Maputo.

“Pretendemos abrir lojas Taverna *Low cost*, com menos investimento a nível de decoração e equipamento, mas com o mesmo nível de qualidade dos produtos e com preços mais baratos, para garantir a inclusão”. Finalizou.

Comentário à proposta de revisão da Lei da Electricidade

Por: HRA Advogados

O sector eléctrico nacional é regulado pela Lei n.º 21/97, de 1 de Outubro (“Lei da Electricidade”), que estabelece os princípios e as bases gerais da organização do sistema. A Lei da Electricidade foi aprovada após cerca de duas décadas de actividade da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e da Empresa Electricidade de Moçambique, que desenvolviam as actividades da cadeia de valor do sector. Apesar de aberta à iniciativa privada, a prestação do serviço público de abastecimento de energia eléctrica não era desenvolvida num ambiente concorrencial, situação que, segundo o estudo realizado pelo Governo de Moçambique em 2011, a Lei da Electricidade não conseguiu ultrapassar.

Com efeito, a Lei da Electricidade actualmente em vigor estabelece que as actividades do sector – produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica – estão sujeitas a um regime de concessão, não se prevendo a separação (jurídica, patrimonial ou contabilística) das mesmas. Uma vez que a gestão da rede nacional de transporte de energia eléctrica é cometida a uma entidade de direito público que garanta a operacionalidade, a fiabilidade e a expansão do serviço público de electricidade, pode esta mesma entidade desenvolver as demais actividades. O desenvolvimento do sector eléctrico, impulsionado pelos avanços tecnológicos, pela necessidade de garantir a segurança de abastecimento e a criação de concorrência, com maior presença de capital privado, bem como o acesso indiscriminado às redes e à energia eléctrica e a crescente electrificação, motivaram o Governo, no seguimento do referido estudo, a preparar uma iniciativa legislativa, submetida a consulta pública, com o objectivo de responder aos desafios que aquele desenvolvimentos coloca.

A proposta de Lei, divulgada no final de 2018, manteve a estrutura do sistema, estabelecendo, em algumas circunstâncias, procedimentos simplificados de acesso às actividades, cujo impulso depende da iniciativa dos interessados, nos seguintes termos:

a) A actividade de produção de energia eléctrica depende da atribuição de concessão quando as centrais tenham uma capacidade nominal instalada superior a 50 MW, passando a estar sujeita a licença quando a capacidade nominal instalada; i) é inferior a 50 MW, no caso das centrais hidroeléctricas, a gás natural ou a carvão; e ii) é superior a 4 MW, no caso dos centros electroprodutores que utilizam outras fontes fósseis e quando as fontes primárias sejam renováveis. As centrais com capacidade nominal instalada igual ou inferior a 4 MW passam a estar sujeitas a licença simplificada, sendo que o autoconsumo carece apenas de registo (a autorização é exigida apenas quando o autoconsumidor pretenda vender o excedente da energia). O preço de venda da electricidade é livremente negociado entre o produtor e a sua contraparte;

b) A actividade de transporte está sujeita a concessão em regime de serviço público quando esteja em causa a exploração da rede nacional de transporte. Nos restantes casos, o acesso à actividade depende da obtenção de licença. O operador e gestor técnico da rede nacional continua a ser uma entidade de direito público designada pelo Conselho de Ministros, que deverá ser independente no plano jurídico e/ou funcional das entidades que exerçam, directa ou indirectamente, as actividades de produção, distribuição ou comercialização. A utilização das redes de transporte está sujeita ao pagamento de uma tarifa de trânsito;

c) Dependendo da área e do número de consumidores, a

actividade de distribuição pode estar sujeita a licença ou a concessão em regime de serviço público. A utilização das redes de distribuição está sujeita ao pagamento de uma tarifa de trânsito;

d) A actividade de comercialização de energia eléctrica que não esteja integrada com as actividades de produção, transporte ou distribuição está sujeita a licença. O consumidor paga uma tarifa de consumo a título de contraprestação pela compra da energia eléctrica e a utilização das redes de transporte e/ou distribuição.

As concessões de produção, transporte e distribuição podem ser atribuídas através de ajuste directo (e não de concurso público) quando o procedimento concursal fique deserto ou quando, cumulativamente, exista interesse público, a participação maioritária de uma pessoa colectiva de direito público e a selecção, mediante concurso público, de investidores privados para parceria com a pessoa colectiva de direito público.

Para além dos procedimentos simplificados, regista-se ainda a intenção de regular realidades inovadoras ou ainda em desenvolvimento, como as mini-redes (sistema integrado de instalações de produção de pequena escala e transporte/distribuição, usando principalmente fontes de energia renovável, ligado ou não à Rede Eléctrica Nacional), a prestação de serviços energéticos (que inclui o financiamento, instalação, operação e manutenção de instalações eléctricas) e a armazenagem (remetendo para regulamentação específica).

Destaca-se igualmente a criação do Serviço de Acesso Universal à Energia Eléctrica, cujo objectivo consiste no financiamento da prestação de serviços ou de projectos que tenham por objecto o acesso universal. Remetendo para regulamentação específica, a proposta de lei estabelece apenas que os titulares de autorização para o fornecimento de actividades de energia eléctrica devem contribuir para o Serviço de Acesso Universal mediante o pagamento de uma taxa.

Apesar de esta proposta referir a separação das actividades do sector, nomeadamente a de exploração e gestão da rede nacional de transporte, esta pode ser meramente funcional, permitindo que a mesma entidade desenvolva várias actividades na cadeia de valor. Ora, em casos de agentes que desenvolvam simultaneamente actividade(s) de rede e produção e/ou comercialização, seria interessante aprofundar como é que se garante a independência dos mesmos, bem como o acesso transparente e não discriminatório às redes.

Finalmente, nota-se que a proposta de lei reforça as competências da Autoridade Reguladora de Energia, tutelada pelo Ministro que superintende a área da energia, que, conforme previsto na Lei n.º 11/2017, de 8 de Setembro, cumula funções de instrução e tramitação de procedimentos de autorização com os poderes de regulação, supervisão, fiscalização e sancionatórios do sector eléctrico.

Tânia Tomé:

«Posições de liderança exigem líderes efectivos»

A economista e *coach* executiva moçambicana, Tânia Tomé, considera que o exercício do empoderamento da mulher só pode gerar um efeito multiplicador e favorável ao desenvolvimento económico-social, se os critérios do exercício tomarem como base os níveis de competência necessários.

Em entrevista à Voz do Empresário, Tânia Tomé afirma que, independentemente do género sexual, a colocação de pessoas em posições de liderança, de forma aleatória, pode mover a sociedade para a regressão.

“Precisamos de mais qualidade e de líderes nas posições de liderança, sejam eles homens ou mulheres. Se forem mulheres, não as impeçam. Se forem homens e forem competentes, vão ser o elemento fundamental para promover as mulheres e a juventude. Mais importante que essa segregação, é que no nosso país hajam líderes nos lugares certos, porque a pretensão de um líder é impactar a comunidade onde está inserido”, disse.

A economista, considerada uma das pessoas mais influentes do mundo, com menos de 40 anos, afirma, entretanto, que apesar da mulher desempenhar um papel activo nos propósitos de desenvolvimento do país, o reconhecimento deste facto, perante a sociedade



Tânia Tomé durante uma das suas intervenções

de moçambicana, ainda não é perceptível.

Segundo Tânia Tomé, para contornar esta segregação, é necessária uma corrente de solidariedade que privilegie a promoção do talento individual.

“Temos de tomar um posicionamento mais altruísta, que nos permita identificar e promover as habilidades dos outros, para que o resultado gerado seja grande e crie maior impacto. Depois de integrados em espaços de liderança, aqueles a quem promovemos buscarão formar outros líderes, criando assim uma cadeia de valor que beneficie a todos”, apregoa.

Aliás, Tânia Tomé conta que foi com base nesse pensamento, que assumiu a responsabilidade de nomear líderes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para integrarem, ao seu lado, a lista dos jovens mais influentes do mundo.

“Acabava de ser nomeada e percebi que, num universo de mais de 156 países, eu era a única falante de português. Disse à organização que conhecia mais pessoas e foi-me imputada a missão de indicá-las. É este tipo de ideia que infelizmente não temos, mas mais do que querer descortinar as causas disso eu quero promover essa corrente de solidariedade para nós percebermos que nos devemos apoiar”, referiu, acrescentando que os dirigentes devem abraçar a causa e usar os recursos existentes para transformar e potenciar as instituições locais.

Com uma vasta experiência em -- para liderança em diversos campos, Tânia Tomé tem conduzido uma série de palestras em Moçambique, Estados Unidos, África do Sul, Quênia, Brasil, Cabo Verde, Nigéria, entre outros países, influenciando pessoas a adotarem uma mentalidade vencedora.

Óleos
MOÇAMBIQUE

Distribuidor Oficial

Nossa gama de produtos:

- ✓ Lubrificantes Automotivos
- ✓ Lubrificantes Industriais
- ✓ Lubrificantes Marinhos
- ✓ Lubrificantes Para Offshore
- ✓ Lubrificantes para Aviação
- ✓ Filtros PCO & HD Mann & Filtertron
- ✓ Combustíveis BP
- ✓ Equipamento de Lubrificação
- ✓ Detergentes químicos
- ✓ Equipamentos de Protecção Pessoal - EPI

Matola - Cell: +258 8(2/4) 3009 988 Beira - Cell: +258 84 3009 989 Nampula - Cell: +258 84 3009 990

Sales.Vendas@oleos.co.mz

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

ACIS

Sede:

Av. Poder Popular N.º 264, Prédio AMI, Beira – Moçambique

Contactos:

Telf: +258 2332597
Fax: +258 21019527

Sucursal:

Bairro Sommerschild, Rua Damião de Góis
N.º 438 – 1.º Andar, Maputo

Contactos:

Telf: +258 843137344 ou
+258 843118588

Coordenação:

ACIS

Redacção:

António Dias

Layout e maquetização:

Imagem One, Lda.

Periodicidade:

Mensal

Tiragem:

2.000 exemplares

Próximos eventos:

2.ª Conferência Anual da ACIS

Data: 30 de Maio de 2019
Radisson Blu – Maputo
Tema: Checks and Balances: Prestação de Contas e Transparência
Inscrições: +258 843137344 / + 258 843118588
acisadmin2@acismoz.com

VIIª Conferência Bienal de Negócios Estados Unidos-África

Data: 18 a 21 de Junho de 2019
Centro de Conferências Joaquim Chissano – Maputo
Tema: Avançar com a Parceria Resiliente e Sustentável

Conferência TEDxMaputo 2019

Data: 11 de Maio de 2019
Hotel Polana
Maputo
Com o Lema “Promovendo a Conduta Ética nas Empresas e Governação Corporativa”, a conferência abordou a questão da Ética nos negócios e governação corporativa, em sessões de apresentação de temas e debates.

Lançamento do Relatório Doing Business em Moçambique 2019

Data: Maio de 2019
Maputo

Legislação em Foco: Reformas aprovadas ou em discussão

Decreto n.º 26/2019 de 11 de Abril de 2019

- Cria o Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone Idai, com sede na Cidade da Beira, Província de Sofala.

Decreto n.º 27/2019 de 11 de Abril de 2019

- Aprova as facilidades aduaneiras e fiscais, no âmbito das acções de reconstrução e recuperação das áreas afectadas pelo Ciclone Idai.

Decreto n.º 28/2019 de 12 de Abril de 2019

- Estabelece a estrutura, a organização e a composição numérica do Código de Endereçamento Postal (designado abreviadamente por CEP) e a numeração dos Códigos de Endereçamento Postal para as unidades territoriais moçambicanas.

Decreto n.º 29/2019 de 18 de Abril de 2019

- Aprova o Regulamento de Boas Práticas de Fabrico de Medicamentos Para Uso Humano.

Decreto n.º 30/2019 de 19 de Abril de 2019

- Aprova o Regulamento de Investigação e Pesquisa Científica Marinha (REICIM).

Resolução n.º 19/2019 de 11 de Abril de 2019

- Ratifica o Acordo de Donativo celebrado entre o Governo da República de Moçambique e a Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA), no dia 23 de Novembro de 2018, em Maputo, no montante de USD 13.000.000 (treze milhões de Dólares Ame-

ricanos), destinado ao financiamento Adicional II para o Projecto de Recuperação Resiliente de Emergência.

Resolução n.º 20/2019 de 18 de Abril de 2019

- Nomeia Francisco Pereira para o cargo de Director Executivo do Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone Idai.

Despacho Presidencial n.º 37/2019 de 3 de Abril de 2019

- Exonera Luís Adelino da Silva, do cargo de Alto Comissário da República de Moçambique junto do Reino de Eswatini.

Despacho Presidencial n.º 38/2019 de 3 de Abril de 2019

- Nomeia Jorge Henrique da Costa Khalau, para o cargo de Alto Comissário da República de Moçambique junto do Reino de Eswatini.

Despacho Presidencial n.º 39/2019 de 3 de Abril de 2019

- Nomeia Sérgio Nathá Cabá, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Moçambique junto da Santa Sé.

Fonte: Pandora Box

Anuncie no nosso Jornal

Email: aciscoms@acismoz.com
Cel: (+258) 843118588

Novos membros:

RSM Moçambique - Agência de Consultoria



Polana Serena Hotel acolhe Conferência TEDxMaputo 2019: Unísson

A organização do TEDxMaputo, em parceria com a Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), realiza a conferência TEDxMaputo 2019: Unísson, conferência a ter lugar no dia 11 de Maio de 2019, no Polana Serena Hotel.

A conferência pretende proporcionar uma experiência integrada, incorporando o Business ExPO, um espaço de exposição para empresas seleccionadas, cujos serviços e/ou produtos contribuam para a inovação e geração de ideias poderosas com aplicação e resultados impactantes no mercado de trabalho.

Nesta exposição, as empresas são desafiadas a arranjar formas criativas de interagirem com os participantes, um conjunto de individualidades que se poderão tornar em parceiros de negócio ou clientes.

STEP-IN ACIS (SIA):

Conheça a nova plataforma da ACIS



Lançado, recentemente, o SIA é uma plataforma electrónica que entre outros, permite a interacção directa entre a ACIS e os seus membros, privilegiando a troca de oportunidades, através dos seguintes itens:

- Mecanismos de registo Simplificado;
- Fóruns de discussão: Reformas, legislação entre outros;
- Reporte de incidentes;
- Mecanismo para revisão da legislação e captação de contributos;
- Partilha de oportunidades de negócios;
- Partilha de eventos.

Para acessar ao SIA os empresários têm de digitar o endereço: www.acismembers.com e realizar o respectivo *login*.